

O RURAL MEDIATIZADO: ANÁLISE COMPARADA BRASIL-PORTUGAL¹

ANTONIO TEIXEIRA DE BARROS²

Introdução

Há vários paralelos entre Brasil e Portugal no que se refere à formação dos movimentos em defesa do ambiente (BARROS e SOUSA, 2010). Essa constatação indica que as convergências também são extensivas às perspectivas sociomediáticas adotadas pelos estudiosos nos dois países, especialmente no que se refere à abordagem dos *media* sobre o ambiente rural. Trata-se de dois países com várias convergências do ponto de vista sociomediático, especialmente em função do relevante papel cultural e político da televisão, como demonstra Barros (2013).

A partir da década de 1990, com a repercussão da Cúpula da Terra (Rio 92), o ambientalismo consolidou-se como fenômeno mediatizado (BARROS, 2013). A mediatização é entendida como um processo social de referência, no qual são incluídos outros processos específicos que passam a se desenvolver (inteira ou parcialmente) segundo as *lógicas dos media* (BRAGA, 2006).

Conforme Schmidt (1999; 2003) os efeitos da mediatização ecológica recaem sobre o delineamento dos temas na agenda pública, no enquadramento e no ciclo de atenção pública (com maior ou menor tempo de permanência na cobertura). Além disso, a autora destaca que grande parte do conhecimento e da experiência dos públicos no que se refere a assuntos ambientais passa necessariamente pela cobertura dos *media*, que se tornaram fonte primordial de informação, especialmente a televisão. “Os media traduzem e formam as percepções que as pessoas não experimentam diretamente” (SCHMIDT, 2003, p.69). Valente (2000) complementa que a conquista do espaço mediático pelas temáticas verdes acentuou-se com a propagação dos riscos ambientais, o que aumentou o interesse dos media, sensibilizou a tomada de consciência dos cidadãos e os estimulou à mobilização para a defesa do ambiente.

Outro paralelo relevante diz respeito à formação do campo da sociologia ambiental nos dois países, conforme apontam Schmidt (1999), Alonso & Costa (2002) e Barros e Sousa (2010)ⁱ. Antes de tematizar especificamente a questão ambiental, a sociologia percorreu uma trajetória analítica de espectro amplo e diversificado, a exemplo da abordagem sobre questões ruraisⁱⁱ, como mostram Mathieu e Jollivet (1989). Assim como em

1. Agradecemos a contribuição do Prof. Dr. Jorge Pedro Sousa, da Universidade Fernando Pessoa, pela orientação na pesquisa de pós-doutoramento, da qual foram extraídos os dados para este artigo.

2. Doutor em Sociologia e mestre em Comunicação. Docente e pesquisador do Programa de Mestrado em Ciência Política do Centro de Formação da Câmara dos Deputados (Cefor). E-mail: antonibarros@gmail.com

outros países, no Brasil e em Portugal, o papel da sociologia rural, mais especificamente no que toca às pesquisas sobre agriculturaⁱⁱⁱ - também foi decisivo para que os cientistas sociais passassem a estudar a questão ambiental, pois “os processos sociais passaram a ser estudados no contexto maior da biosfera, considerando-se que as práticas humanas deliberadas, afetando o meio ambiente, têm provocado efeitos negativos não previstos” (GUIVANT, 1995, p.99). Desse ponto de vista, a sociologia rural é considerada uma das precursoras da sociologia do ambiente, incluindo o Brasil e Portugal (FERREIRA & FERREIRA, 1992; SCHMIDT, 1999).

As análises sobre os cenários urbanos passaram a ser abordadas no âmbito da reorganização do ambiente rural diante da sociedade globalizada (ALONSO; COSTA, 2002; FERREIRA, 2004). Nesse sentido, o tema da ruralidade articula basicamente três posições, de acordo com a perspectiva histórica de ocupação do território e suas formas sociais de produção e de organização social: o rural tradicional, o rural moderno e o rural socioambiental (BRANDENBURG, 2010). Na primeira, os núcleos de produção rural são demarcadamente separados do ambiente urbano. Na segunda, o rural emerge como um espaço redefinido pela racionalidade do capital. Na terceira, ocorre uma coexistência do tradicional com o moderno, ou seja, uma reconfiguração que passa pelas questões ambientais e pelas retóricas da sustentabilidade. Em suma, conforme o raciocínio do autor, o rural brasileiro é marcado pela diversidade, a partir das três perspectivas mencionadas. Isso mostra que coexistem, na contemporaneidade, diferentes rurais, “num vasto território caracterizado por espaços heterogêneos, sob o ponto de vista geográfico e de suas relações sociais predominantes” (BRANDENBURG, 2010, p.427).

Perspectiva analítica similar é adotada por Schmidt (1999; 2003) no estudo da paisagem rural portuguesa, com algumas particularidades destacadas por outros autores portugueses como Figueiredo (1994; 2003; 2008; 2011), Valadas de Lima (1991; 2000) e Ferreira (2011). Esses estudiosos destacam a pluralidade de ruralidades no território português, com a coexistência de velhos e novos modos de produção e de distintas vivências sociais nesses contextos. Os pesquisadores mencionados ressaltam ainda a formação de dois modos de representá-los: um rural para viver e outro para apreciar em visitas turísticas ou nas imagens mediáticas. Da mesma forma, os estudiosos portugueses chamam atenção para o fato de que a aplicação das medidas agroambientais no campo resultou na emergência de conflitos ambientais e de controvérsias em torno da ambientalização das práticas agrícolas campestres. Isso porque o rural e o urbano tornaram-se cada vez mais contextos integrados, formando espaços sociais não dicotômicos, ou seja, um *contínuo interligado* (XAVIER, 2007).

Nos dois países^{iv}, o rural deixa de ser um espaço que privilegia a agricultura, ao se tornar uma arena socioambiental de múltiplas atividades, uma rede produtiva com múltiplos reflexos sociais, econômicos, ambientais e culturais. Nessa visão, a terra (na concepção fisiocrata) deixa de ser o centro da discussão sobre os processos produtivos, uma vez que são agregados outros elementos, como biotecnologias, técnicas agrícolas, conhecimento, direitos humanos e a perspectiva ambientalista, do ponto de vista das relações sociais. Desse modo, o rural é analisado na perspectiva da reorganização das atividades econômicas, onde o progresso tecnológico exerce um papel preponderante nos processos de reorganização social (BRANDENBURG, 2005, p. 62).

Na vertente do socioambientalismo, o rural passou a ser estudado sob várias óticas, com destaque para duas perspectivas: a modernização ecológica^v (BUTTEL, 2000; CATTON e DUNLAP, 1980) e a modernidade reflexiva^{vi} (GIDDENS, BECK E LASH, 1997). O rural ambientalizado tornou-se, então, objeto de estudo privilegiado das ciências sociais, em abordagens interdisciplinares (ALONSO; COSTA, 2002). Essa concepção tornou-se relevante não apenas para compreender como o rural se reorganiza, mas, sobretudo, para orientar atores sociais, organizações e instituições sociais e governamentais na formulação de políticas de desenvolvimento que articulem dimensões do ambiente e da sociedade (BRANDENBURG, 2010; GUIVANT, 1995).

A proposta da sociologia do ambiente tem como ponto de partida a noção de insustentabilidade da civilização contemporânea. Insustentabilidade esta que tem como fatores principais: (a) o crescimento populacional exponencial e concentração da população em áreas específicas; (b) a redução do suporte de recursos naturais; (c) o modelo produtivo que utiliza tecnologias poluentes e baixa eficiência energética; (d) o sistema de valores que fomenta a expansão crescente do consumo. Em suma, se por um lado, os estudos sobre a questão agrário-fundiária e as pesquisas acerca dos impactos da adoção de tecnologias no modo de produção e nas relações sociais do contexto rural contribuíram para criar um campo de interesse, entre os cientistas sociais, concernente aos estudos ecológicos (ALONSO & COSTA, 2000; 2002).

Com base no cenário mais amplo apresentado acima, o artigo tem como objetivo analisar as representações sociomediáticas sobre o ambiente rural no Brasil e em Portugal, a partir de dois ângulos específicos: o rural degradado e o rural idealizado. Por isso a relevância do paralelo exposto entre sociologia rural e sociologia do ambiente, uma das marcas nos estudos realizados nos dois países, conforme levantamento de Barros e Sousa (2010).

Descrição da pesquisa e da metodologia

A análise foi realizada com base em pesquisa bibliográfica e revisão sistemática de estudos acadêmicos sobre mediatização ambiental, história das ideias ecológicas, sociologia da comunicação e as ciências sociais do ambiente. A técnica de meta-análise ou revisão sistemática consiste no exame minucioso de pesquisas já realizadas sobre um tema determinado, a fim de organizar o conhecimento produzido, comparar tendências, metodologias e produzir inferências (CLARKE, 2001). A meta-análise é um método de investigação baseado em dados e conclusões obtidos em pesquisas e estudos executados por outros pesquisadores. “Mas não consiste em mera revisão bibliográfica ou de literatura especializada”, uma vez que “os estudos meta-analíticos exigem procedimentos de seleção, codificação, filtragem de dados, sistematização das informações e gestão da base bibliográfica resultante” (AGUIAR, 2011, p.3).

Nessa perspectiva, a meta-análise foi aplicada com base na concepção operacional de obras-síntese, ou seja, publicações expressivas e representativas em termos de abordagens, abrangência temática, ferramentas metodológicas e referencial teórico utilizado. Para tanto, coletou-se uma amostra de fontes (MARCONI, LAKATOS, 1996), compreendendo dez obras emblemáticas e relevantes (cinco de cada país), de modo a

incluir no *corpus* da pesquisa obras-síntese referentes às diversas fases do período histórico estudado^{vii}.

No âmbito deste trabalho, entende-se por obra-síntese uma pesquisa que reúne um capital de conhecimentos que sintetiza as principais ideias, paradigmas e procedimentos metodológicos referentes a uma área de conhecimento em um determinado período histórico. O pressuposto, portanto, é que uma única obra-síntese pode servir de referência para a análise e compreensão dos conteúdos de uma área de conhecimentos no decorrer de um período específico, como um decênio ou um quinquênio.

A respeito do *corpus*, cabe explicar ainda que em levantamento preliminar já realizado constatou-se que não há registro de estudos sobre mediatização ambiental na década de 1970 nos dois países, com poucos e assistemáticos estudos na década de 1980 (BARROS e SOUSA, 2010). A partir da metade da década de 1980 é que as pesquisas sobre comunicação ambiental e mais especificamente acerca da mediatização ambiental começaram a ser publicadas, tanto no Brasil como em Portugal, mas ainda de forma tímida e esparsa.

A profusão de estudos sobre o tema é característica da década de 1990, impulsionados pela cobertura jornalística acerca da Rio 92. Outro pico de produção de pesquisas sobre mediatização ambiental ocorreu com a assinatura do Protocolo de Kyoto (1997) e a divulgação dos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (2003 a 2007). Tudo isso explica a concentração de publicações nas décadas de 1990 e 2000.

Cabe ressaltar que a análise não se limitou a essas dez obras selecionadas. Esse *corpus* constitui a referência principal, o que não significa a exclusão de outras obras. De forma complementar, foram utilizadas dezenas de outras publicações, com o intuito de complementar as informações e enriquecer a pesquisa. O material complementar ao *corpus* principal é composto por textos de periódicos, de portais acadêmicos, comunicações científicas apresentadas em eventos, além de livros e capítulos de livros que apresentam temáticas relacionadas ao tema analisado.^{viii}

Representações sociomediáticas sobre o mundo rural

Para fins analíticos, as representações ambientais sobre o mundo rural foram agrupadas em duas categorias: o rural idealizado e o rural degradado. Esse procedimento se justifica pela própria perspectiva da mediatização do ambiente nos dois países, cuja lógica consagrou essa dualidade, embora seja uma dicotomia construída, passível de críticas. Ao adotá-la, portanto, não significa que concordamos com o modo com essa dualidade é construída. O critério foi o da relevância que essas duas representações assumem nos conteúdos mediáticos analisados. As críticas serão apresentadas nas conclusões.

O rural idealizado no Brasil

No Brasil, nessa perspectiva idílica, que remete à visão mitológica sobre o paraíso, tanto a Amazônia, o Cerrado, a Caatinga, os Pampas e outras paisagens naturais de beleza reconhecida são retratados pelos *media* como lugares encantados, carregados de mistérios,

lendas e mitos (BARROS, 2007). Além da paisagem em si, as revistas ilustradas e as séries especiais de TV ressaltam aspectos relacionados com a diversidade da fauna e as espécies raras.

Durante a década de 1970, as revistas ilustradas, antecessoras da mediatização televisiva, em termos ambientais, destacaram os aspectos naturais da paisagem, em uma perspectiva de exibição de imagens inéditas (SODRÉ, 1983). Os lugares virgens, ainda sem registro da presença dos homens, recebem atenção especial. Desse ponto de vista, conseguir surpreender o público com imagens de raro apelo bucólico parece ser uma das principais motivações editoriais. O ambiente ainda não está integrado à lógica da noticiabilidade ambiental. Basta que a paisagem seja nova para o público ou que haja algum apelo relacionado aos encantos da natureza ou ainda algo capaz de surpreender até os próprios cientistas.

Nesse estágio de representação da natureza, há um certo narcisismo patriótico e ufanista, calcado na necessidade contínua de exibir um ampliado repertório de belas paisagens, como sendo “as únicas da América do Sul, dos trópicos ou do Brasil” (BARROS, 2007). Até então a natureza é representada como um patrimônio natural ou um bem a ser usufruído do ponto de vista plástico/contemplativo ou turístico/econômico. Ainda não há uma cobertura de natureza política e muito menos ambientalista no sentido estrito (BARROS e SOUSA, 2010).

A idealização do mundo rural inclui reportagens sobre as fascinantes descobertas em relação à biodiversidade brasileira, com o inventário e a identificação de espécies ainda desconhecidas dos cientistas e da população. Reportagens sobre fenômenos naturais espetaculares típicos da paisagem brasileira também são amplamente exploradas, a exemplo do fenômeno hidrodinâmico da pororoca na Amazônia. Da mesma forma, as matérias que colocam em primeiro plano as imagens de orquídeas raras, aves de grande porte e espécies de canto peculiar (BARROS, 2007).

Enquadram-se nessa mesma perspectiva representações sobre o estilo de vida dos povos indígenas e descendentes de quilombolas. O universo simbólico dos povos indígenas é explorado exaustivamente, como representação idealizada e romantizada. As práticas “*medicinais*”, a “*cura xamanística*”. A literatura oral indígena, suas lendas e mitos, e o calendário econômico de algumas tribos também fazem parte desse universo cultural estudado pelos antropólogos e levados a conhecimento do público pelos *media*, embora de forma simplificada e romantizada, conforme criticam Folladori e Taks (2004).

O rural idealizado em Portugal

Em Portugal, os ecossistemas tropicais também são objeto da mediatização idealizada do mundo rural, “representada como curiosidade longínqua^x, selvagem, objeto de conhecimento e de usufruto e só mais recentemente como problema global, dado o risco da sua destruição” (SCHMIDT, 2003, p.196). Essa representação foi reforçada pela exibição das telenovelas brasileiras, além de reportagens e documentários que exploram a imagem de florestas tropicais exuberantes, seja na África ou nas áreas ainda existentes na América do Sul. Trata-se de um “discurso cândido sobre a floresta como imensidão benigna”. A

exploração da imagem de paisagens naturais de amplo apelo estético torna-se uma das tendências da televisão portuguesa, “uma espécie de diaporama de vistas bonitas”. Outro ícone das representações mediáticas sobre o rural idealizado são os ambientes aquáticos, como as cachoeiras, reservas ecológicas, rios e lagos rurais. A associação com a água se deve a seu valor paisagístico, “muito importante enquanto representação estética e local de lazer, derivando para valor também econômico, como recurso natural” (SCHMIDT, 2003, p.200)^x.

Em termos de produção local destacam-se ainda os documentários e reportagens especiais sobre as populações campestres, apresentadas como se vivessem em “sábria e pacífica interação com o meio” (SCHMIDT, 2003, p.359). A autora compara essas populações às espécies em extinção: “Elas e suas práticas, porque o produto dessa interação entre populações e meio é muitas vezes dado como uma mercadoria de excelência: o pão, os queijos, os enchidos, os petiscos, alguns pratos típicos ...”

Na produção televisiva portuguesa destaca-se ainda o programa “*Há uma só Terra*”, da RTP (Rádio e Televisão Portuguesa), que exibia séries de documentários e reportagens sobre variados temas ecológicos. Como ressalta Schmidt (2003), a questão da energia nuclear, os desastres naturais, os grandes acidentes de poluição e a primeira crise do petróleo marcaram a agenda dos programas e notícias ambientais, até 1974. Ainda durante a ditadura o programa citado abordou temas locais, mas a intensidade aumentaria com o início do período democrático, com a mediatização de assuntos como poluição de bacias hidrográficas. A emergência de canais privados ampliou a mediatização ambiental.

Nessa trilha sociomediática, o ecoturismo ou turismo rural é retratado pelos *media* dos dois países como uma prática que busca a nostalgia da vida no campo, o retorno à Arcádia. Esse tipo de turista é visto como “visitante respeitador da natureza, curioso dela e generoso para com a sua hospitalidade” (SCHMIDT, 2003, p.359). Assim, “surgem os filmes sobre viagens na paisagem, sobre animais na paisagem” (p. 358) até a emergência das imagens sobre paisagens protegidas e seu valor de rural idealizado, especialmente os parques urbanos e reservas ambientais nas proximidades das grandes cidades. Assim, os *media* constroem uma nova representação do rural idealizado:

... um misto de documentário científico e de sequência de ‘vistas bonitas’, com planos encantatórios, cerzidos pela identificação clara de qual a área protegida onde nos encontramos – Gerês, dunas de São Jacinto, Paul do Boquilobo, estuário do Sado, serra da Estrela... De cada uma em particular, fica marcado o seu carácter morfológico, cromático, em suma, paisagístico, com aproximação pontual a um ou outro detalhe: uma planta, um animal, um tipo de rocha, um nativo ou artesão, na sua vida de integração ecológica na paisagem (SCHMIDT, 2003,p.358).

Essa tendência se consolida com a valorização de imagens terrestres, em substituição às consagradas representações sobre o mar e os rios. Com as áreas protegidas, as imagens rurais passam a ser valorizadas no âmbito das montanhas, dunas, vales e colinas.

“A paisagem como que se desloca para o interior e para a terra, reeditando de certo modo o ruralismo como imagem da ‘boa paisagem’” (SCHMIDT, 2003, p.359).

A emergência das áreas protegidas mudou o enquadramento dos *media* sobre o ambiente rural em Portugal. Se antes o campo era explorado apenas como moldura ou cenário para determinadas atividades, especialmente agrícolas e culturais, voltadas principalmente para a valorização da gastronomia de herança campesina, com as áreas protegidas, o campo em si tornou-se objeto de representação mediática, como se houvesse uma renovação ou reedição das paisagens rústicas tradicionais, tão valorizadas como patrimônio histórico e cultural (VIEIRA, 2006).

As redefinições do mundo rural em suas representações mediáticas cedem espaço ainda a outras imagens, especialmente na televisão, como é o caso de programas sobre o valor estético e paisagístico dos jardins urbanos, mesmo aqueles em minúsculos espaços, numa visão quase mística da paisagem, que ressalta o poder das plantas para reconectar o cidadão urbano ao ideal do campo arborizado, verdejante e florido. Além disso, os *media* passaram a destacar o valor dos alimentos naturais, produzidos sem pesticidas e sem fertilizantes, à maneira dos antepassados que viviam nas aldeias, sem energia elétrica e sem interferências de produtos industrializados.

A idealização do mundo rural contempla a representação dos animais, cujas imagens associam os bichos a “brinquedos vivos”, em uma perspectiva que substitui o selvagem pelo lúdico e recreativo. “Dirigido sobretudo a crianças, temos clara preferência pelas imagens dos animais infantis, ora brincando com crianças, ora visitados por elas no jardim zoológico” (SCHMIDT, 2003, p.372).

Essas representações enquadram-se, na maioria das vezes na lógica do entretenimento, sem conteúdo ambiental no sentido estrito. De modo geral, a televisão explora os aspectos lúdicos e estéticos dos cenários representados, os quais, geralmente remetem ao ideal bucólico de um passado romantizado e distante, uma espécie de arcádia perdida:

Como primeira ilação desta análise genérica, pode-se dizer que, em termos gerais, os programas sobre ‘ambiente-natureza’ se polarizam em dois grandes grupos, com características e cronologias diferentes. Um claramente majoritário e mais constante no tempo, concentrado na fauna, na flora – sobretudo selvagens e tropical – bem como nos elementos da paisagem natural – em especial mares, rios e ilhas - e nos recursos naturais – com destaque para a água [...], em suma na natureza enquanto grande grupo que exprime a vida na Terra. Com esta natureza estabelece-se nos programas uma relação de conhecimento/curiosidade e adopta-se uma abordagem de tipo científico-didática e também lúdica, sob a forma de documentários – filmados maioritariamente em África, na Austrália e na América e produzidos por ingleses e americanos. Sublinhe-se que, inicialmente, nos anos 50-60, também ganhou significado a representação dos animais familiares e domésticos, em contexto de paisagem rural, numa relação de produção e/ou de usufruto/lazer ligada à ficção/recreação (SCHMIDT, 2003, p.163).

A idealização da paisagem e dos contextos rurais longínquos é apontada como uma das causas do desenvolvimento tardio da cultura ambiental portuguesa (inferência que certamente também se aplica ao Brasil):

Assim, desacompanhando aquilo que já sucedia lá fora, nos países ocidentais industrializados, a ‘cultura ambiental’ caseira, transmitida pela RTP, centrava-se no maravilhoso mundo da Natureza – fosse esta intacta, selvagem e distante, fosse tradicional, rural e próxima (SCHMIDT, 2003, p.163).

Esse tipo de representação perderia espaço com a emergência das abordagens sobre riscos e desastres ambientais, que assumiram lugar privilegiado na cobertura televisiva. Essa mudança do rural idealizado para o rural degradado foi impulsionada pela primazia dos chamados temas globais, como poluição, degradação, crise energética, lixo e desordenamento do território (VIEIRA, 2006). Outras pautas favoreceram essa transição como as polêmicas em torno do ordenamento do território e a construção de edifícios em áreas originalmente destinadas à preservação, especialmente em alguns bairros periféricos das cidades de grande porte, a exemplo de Lisboa. Nessas áreas chegaram a ser construídos altos edifícios mal planejados, denominados “mamarrachos”.

O rural degradado em Portugal

Em Portugal, as imagens sobre os incêndios florestais^{xi} são consideradas um dos emblemas da degradação da paisagem rural:

Observando o percurso temático dos incêndios ao longo do período analisado, verificam-se algumas alterações na forma como vão sendo tratados nos *media*. Se inicialmente os fogos remetem para um discurso predominantemente descritivo-factual e até científico, a partir de meados de 80 o assunto torna-se algo mais preventivo e o tom crescentemente político (...), passando os incêndios a ser objeto de debate e crítica (SCHMIDT, 2003, p.195).

Os fogos foram as catástrofes naturais mais noticiadas em Portugal nas últimas décadas, “suscitando sobre eles um discurso negativo onde se sublinha uma relação de ‘destruição’ (...) mobilizando um discurso emotivo, crítico, alarmista e quase exclusivamente negativo” (SCHMIDT, 2003, p.197).

A ênfase ao tema se deve à incidência de uma sequência de grandes incêndios, como o que ocorreu em 1996 na Serra de Sintra, que causou alarmismo na sociedade e provocou prejuízos de grandes proporções à biodiversidade local. Entretanto, a gravidade do tema levou ao âmago da complexidade do debate sobre ambiente em Portugal. As catástrofes serviram de alerta à sociedade portuguesa que, até então, encarava o noticiário ambiental como se fosse relacionado a temas fora da realidade nacional. Os incêndios

tocaram o âmago da complexidade dos fenômenos ambientais em todas as suas vertentes – técnicas, econômicas, sociais, políticas, históricas, naturais, culturais -, facto que nenhuma outra das catástrofes acontecera. Será esta a primeira área temática em que uma catástrofe é tratada em reflexão sobre o todo na sociedade portuguesa, mesmo que o resultado dessa reflexão seja algo inconclusivo (SCHMIDT, 2003, p.321).

A repercussão do noticiário sobre os incêndios, especialmente com as emissões televisivas, chamou atenção dos *media*, da sociedade e das autoridades para a necessidade de preservação das áreas verdes, com ênfase para a ideia de que a floresta é uma riqueza econômica e um bem salutar do país que, “para além da aplicação científica e técnica do Estado, reclama os cuidados individuais dos cidadãos que a frequentam, sejam eles caçadores, campistas ou apenas automobilistas de passagem” (SCHMIDT, 2003, p.322).

A mediatização do fogo abriu caminhos para a inclusão de outros temas ambientais na agenda portuguesa, como a importância da conservação dos parques nacionais, dos mananciais hídricos e da preservação de espécies vegetais e animais. Além disso:

O campo mediático dos fogos começa então a ser progressivamente ocupado num espaço intermédio por outros temas: as suas causas fazem uma das mais crônicas controvérsias dos debates televisivos. As técnicas de extinção, as políticas de prevenção, sempre acusadas de faltarem, as tensões de interesses envolvidos, continuamente insinuados mas só raramente explicitados, absorvem a quase totalidade do espaço de representação sobre a catástrofe. Esta terá, sobretudo nos grandes incêndios florestais em áreas protegidas, os seus únicos momentos de afirmatividade como problema sobretudo ambiental. No Gerês, em 1989, tal como na Arrábida, em 1991, as intenções criminosas são na mesma invocadas, mas as notícias sublinham efetivamente a perda do patrimônio florestal, e não, como é de regra, a simples destruição de x hectares e de y ésteres de madeira (SCHMIDT, p.323).

Outro ponto destacado acerca da mediatização das labaredas nas florestas diz respeito à politização do debate sobre a degradação florestal. Com o aprofundamento da cobertura, o assunto deixou de ser representado como uma fatalidade cíclica, atribuída exclusivamente a causas naturais. Aos poucos, o caráter de catástrofe natural passa a ser percebida pelos *media* como decorrência de ações humanas inconsequentes. Assim, emerge o conceito de que a floresta constitui um patrimônio tão importante quanto o território “e quando arde é o país que arde” (SCHMIDT, 2003, p.323). Outra consequência foi a associação entre os efeitos nocivos dos fogos e a geração de gases que provocam o efeito estufa, com liberação de elevadas quantidades de CO₂.

A mediatização da degradação do ambiente rural em Portugal também contempla o caso da poluição dos rios, no início da década de 1990:

... será sobretudo pela utilização das suas imagens – ressequidos, verdes, pastosos, envenenados, arrastando peixes mortos – que se vai dar o alerta doméstico contra a poluição. Tudo surge ao mesmo tempo: a água vista como recurso estratégico em degradação e em falta com o agudizar da seca na primeira metade dos anos 90, os rios em morte lenta em paisagens de pré-deserto no Alentejo e, depois, o debate sobre o Plano Hidrológico Espanhol (SCHMIDT, 2003, p. 357).

Em síntese, as representações do rural degradado nos *media* portugueses se estabelecem na dicotomia entre o fogo e a água, ambos símbolos ambíguos, que tanto podem evocar aspectos positivos como negativos. O fogo usado para preparar os alimentos, por exemplo, é o mesmo que pode destruir as florestas. Da mesma forma, a água que rega a terra, faz brotar as nascentes e alimenta os rios, é a mesma que também pode causar destruição, com as cheias. Além do forte apelo emocional e cultural, essa dualidade apresenta um contraste que permite rica exploração pelas imagens mediáticas, especialmente pela televisão, com a mencionada associação ao imaginário popular (VIEIRA, 2006). Destaca-se ainda o papel exercido pelo programa “TV Rural” (RTP), que teve início em 1960 e durou até 1990, marcando 30 anos de emissões focadas principalmente na agricultura (SCHMIDT, 2003).

O rural degradado no Brasil

Os incêndios florestais também se tornaram emblema do rural degradado no Brasil, uma catástrofe que se repete a cada ano, na época das secas, em quase todo o país, sobretudo na Caatinga e nos Cerrados. Entretanto, com o surgimento de fogos involuntários de grandes proporções na Amazônia, a mediatização também foi intensificada. Em 1998, ocorreu um dos incêndios que chamariam a atenção do mundo, pelo ângulo mediático. As chamas arderam em Roraima. Enquanto a floresta queimava, governo, jornalistas de diversos países, pesquisadores, bombeiros, voluntários, curiosos, telespectadores, caciques, agricultores familiares se perguntavam como um incêndio daquelas proporções era possível. O que aconteceria com o verde da Amazônia e seus povos da floresta? Que implicações este incêndio teria para a camada de ozônio, para o efeito estufa, para liberação de carbono na atmosfera? As respostas vieram de todos os lados e palavras como “meio ambiente”, “ecologia” e “proteção ambiental” receberam os mais diversos e, algumas vezes, contraditórios sentidos (COSTA, 2006, p.27)^{xii}.

A intensa cobertura da mídia - tanto de veículos nacionais como internacionais – chamou atenção da Organização das Nações Unidas (ONU), que enviou uma missão ao Brasil para avaliar os impactos dos incêndios. “Segundo as conclusões da missão, a extensão do incêndio, assim como sua intensidade, superaram as expectativas dos Governos local e federal, os quais não dispunham dos recursos materiais e humanos necessários para enfrentar o incêndio florestal daquele porte” (COSTA, 2006, p.42). O incêndio de Roraima, cujas proporções foram atribuídas ao fenômeno *El Niño*, atingiu uma área de quase 40 mil km² e afetou savanas e florestas primárias. Conforme o estudo citado, a queima do material vegetal emitiu cerca de 20 milhões de toneladas de carbono na atmosfera.

As labaredas na região são classificadas pelos estudiosos como “fogo acidental”, categoria que se refere à queimada intencional e localizada, que escapa ao controle do agricultor. Também se enquadram nessa categoria as queimadas causadas por cigarros jogados em áreas com vegetação seca. A pesquisa de Costa (2006) conclui que o caso da queima da floresta em Roraima foi um marco na história do ambientalismo brasileiro. Além da ampla repercussão internacional, “colocando o Brasil nas telas de televisão do mundo inteiro e motivando uma série de ações governamentais e não-governamentais” (p.57),

Ademais, a repercussão das imagens contribuiu para intensificar o debate público sobre os diversos setores sociais envolvidos, entre eles, o da agricultura familiar. Entretanto, o contrário também aconteceu, pois a agricultura familiar tornou-se uma fonte maior de preocupação para o campo ambiental, “uma vez que entre seus agentes encontravam-se os agricultores familiares, responsáveis pelas queimadas que poderiam vir a se tornar incêndios florestais na Amazônia” (COSTA, 2006, p.57). Para a autora, o incêndio em Roraima, também motivou a criação de alguns programas governamentais que, “apesar do caráter emergencial inicial, continuam se constituindo nas principais estratégias de atuação do Governo sobre a temática” (p.57).

A extração de madeira da floresta é outro fator apontado pelo estudo mencionado como intensificador dos fogos:

Isso ocorre porque durante a retirada de espécies de valor comercial, outras árvores acabam também sendo derrubadas ou tendo os galhos quebrados, transformando-se em material combustível para o fogo. Outra consequência dessa atividade é o aumento do dossel da floresta, facilitando a penetração da luz solar por entre as árvores e secando com mais rapidez folhas depositadas no chão, que também se tornam material inflamável (COSTA, 2006, p.47).

A pesquisadora registra dados que indicam que, no caso da mesma área queimar pela segunda vez, o fogo será proporcionalmente duas vezes mais alto e mais largo, além de dez vezes mais quente que na primeira vez, o que aumenta a destruição de árvores que sobreviveram ao primeiro incêndio. “Além disso, uma floresta intacta pode se manter resistente ao fogo mesmo após 16 dias sem chuva, enquanto que uma floresta que já sofreu incêndio por mais de duas vezes fica completamente vulnerável ao fogo a partir de nove dias sem chuva” (COSTA, 2006, p.47).

Outro emblema da degradação rural no Brasil, conforme os estudos analisados, é o chamado “Arco do Desmatamento”, que concentra 80% dos desmatamentos e queimadas na região amazônica. A área abrange 1,7 milhão km² que se entendem pelo Acre, Amazônia, Rondônia, norte do Mato Grosso, sul e leste do Pará, Tocantins e Maranhão. Nessa área específica, a derrubada de árvores chega a 23 mil quilômetros quadrados por ano.

A pecuária extensiva é a atividade que mais provoca desmatamento, responsável por 80% do problema. Em seguida, está a grilagem de terras públicas e a extração de madeira, com 15%, e a agricultura, com 5%, segundo dados do Ministério do Meio Ambiente de 2005. O “arco do desmatamento” é caracterizado pela forte expansão da fronteira agrícola, baseada principalmente no avanço da cultura da soja e da pecuária

extensiva - atividades usadas frequentemente como justificativa para invasões de terras públicas.

Devido a essa combinação de elementos, os problemas amazônicos assumem uma amplitude peculiar na mediatização do ambiente no Brasil, o que dificulta um inventário abrangente e exaustivo. Entretanto, cabe destacar outros aspectos que são ressaltados de modo enfático pela cobertura de imprensa, tais como:

- a necessidade de se estabelecer critérios legais para a exploração de recursos naturais na região, especialmente recursos madeireiros;
- a exploração de minérios e os impactos da atividade mineradora, destacando-se a redução da qualidade do solo para as atividades agrícolas; a redução do crescimento natural da flora; e o surgimento de pragas e doenças em torno dos garimpos;
- a falta de regras objetivas para a ocupação do espaço físico e o cultivo agrícola;
- a crescente degradação da vegetação nas marginais da rodovia Transamazônica;
- a utilização indevida dos recursos faunísticos da terra firme na região, inclusive o comércio ilícito de peles de animais silvestres;
- falta de políticas para a sustentabilidade da relação da Amazônia com os demais ecossistemas aquáticos, como o Pantanal e toda a área circunvizinha de igapós e igarapés, que contribuem para a formação das bacias dos maiores rios da região: o Solimões, o Negro e o próprio Amazonas.

Os habitantes de áreas rurais (ribeirinhas e do sertão) também são representados como parte do cenário degradado (ou até mesmo como “vidas degradadas”), em uma tentativa de relacionar o homem com o meio natural e sua cultura, como fizeram Euclides da Cunha em *Os Sertões* e Josué de Castro em *Geografia da Fome*, além da representação na literatura em *O Quinze*, de Rachel de Queiroz e *Vidas Secas*, de Gaciliano Ramos (BARROS, 2007).

Talvez por conta dessa tradição já consagrada pelas Ciências Sociais e pela Literatura, a mediatização sobre o rural degradado no Brasil siga a mesma tendência. Ao contrário de Portugal, cujos estudos ressaltam a degradação da paisagem e dos recursos naturais, no Brasil, o componente humano também é destacado, numa perspectiva com bastante relevo social. Fenômenos e problemas socioeconômicos endêmicos e de natureza crônica são recorrentemente abordados pelos *media*, como a seca, o trabalho escravo ou degradante, a devastação nos garimpos, especialmente na Serra Pelada (no estado do Pará), as carvoarias, a derrubada de árvores, as queimadas e as consequências de todos esses problemas na vida dos moradores de áreas rurais.

Apesar da amplitude da abordagem sobre o rural degradado, a seca e suas consequências constituem a temática mais constante na cobertura de imprensa (SILVA, 2003, p. 361):

Geralmente, os diagnósticos e proposições têm como referência imagens historicamente construídas sobre um espaço-problema, terra das secas, região de fome e da miséria, explicação do atraso econômico e das disparidades regionais. Essas imagens são fruto de julgamentos superficiais sobre a realidade do Semi-Árido e dos interesses políticos das elites locais que explicam a miséria, a fome e o atraso como produto de condições naturais adversas, do clima, da terra e da formação e de sua gente.

O autor ressalta ainda o uso político das reportagens, que divulgam o fenômeno nacionalmente como um grave problema praticamente insolúvel. Assim, o jornalismo serve aos que pretendem transformar a seca em argumento político “para conseguir recursos, obras e outras benesses que seriam monopolizadas pelas elites dominantes locais” (SILVA, 2003, p. 362).

Essa visão sobre seca predominou até meados do século XX. A partir da década de 1960 é que começam a surgir outros pontos de vista sobre as causas estruturais e as consequências da estiagem, situando-a além de um fenômeno meramente climático. Nesse sentido, o livro *Geografia da Fome*, de Josué de Castro, denuncia que a falta de chuva foi responsabilizada pelo drama nordestino, “acobertando as formas dominantes da exploração econômica que criaram e reproduziram a concentração das riquezas e do poder político, gerando miséria e dependência de milhares de sertanejos” (SILVA, 2003, p. 362). O argumento de Josué de Castro, retomado por Silva, destaca que a concentração fundiária e a exploração da mão de obra dos sertanejos passaram a ter destaque na explicação da manutenção da miséria no Sertão brasileiro.

O estudo de Silva identifica dois paradigmas dominantes na produção acadêmica, no que se refere à tematização da seca, os quais também são reproduzidos pela imprensa:

O combate à seca está intimamente relacionado ao paradigma tradicional, que tem por base uma visão fragmentada, mecanicista e utilitarista do mundo e, particularmente, da natureza. O estranhamento e distanciamento do ser humano em relação à natureza são orientados pela crença da dominação antropocêntrica, que permite dispor, de forma predatória, dos recursos naturais para o crescimento econômico e satisfação do consumismo acelerado. [Nessa visão] As adversidades naturais devem ser combatidas para que o domínio humano se realize plenamente: a falta de água deve ser enfrentada com as soluções hídricas; a baixa produtividade com as tecnologias inovadoras de irrigação e a modernização das propriedades rurais etc. (SILVA, 2003, p.380).

O outro paradigma identificado pelo autor está relacionado com a perspectiva da convivência com a estiagem e as condições climáticas do semi-árido. Essa perspectiva está relacionada com uma concepção emergente que se baseia em uma visão ecológica,

rompendo com a visão antropocêntrica de dominação e proporcionando a reconciliação do homem com a natureza. A convivência com o Semi-Árido tem por base uma percepção holística sobre as realidades complexas dos ecossistemas e a valorização de conhecimentos, valores e práticas apropriadas ao meio ambiente. A Essa percepção devem se articular as iniciativas que visem à melhoria da qualidade de vida das populações locais (SILVA, 2003, p.381).

As consequências da seca na região Nordeste, a situação das populações acometidas pelo fenômeno, com depoimentos dramáticos de sertanejos, além da destruição da lavoura, o definhamento do gado são explorados em imagens de grande apelo emocional, especialmente nas reportagens e programas especiais de televisão.

Conclusões

A análise comparada entre os dois países mostra que os repertórios temáticos, imagísticos e os enquadramentos mediáticos são muito convergentes. Em ambos os países a televisão é apontada como a principal responsável por essa convergência. Além disso, a importância do ambiente rural na programação televisiva decorre de heranças culturais de dois países agrários, de longa tradição agropastoril, por serem baseadas em códigos e símbolos próprios de vilas e aldeias que, na época, constituíam mais extensões da vida no campo do que da vida urbana propriamente dita.

Uma das tendências mais expressivas na mediatização do ambiente rural, sob o prisma dos interesses da população urbana, é o caráter performático. Isso significa que, para enquadrar as temáticas rurais na perspectiva mediática, os fatos são recontextualizados, a fim de atender aos requisitos da cultura mediática, a qual está intimamente ligada ao *happening*, ou seja, algo que se projeta por si, em forma de acontecimento – geralmente um acontecimento considerado tão-somente pelas suas características performáticas. Ambos, portanto (*performance* e *happening*) constituem elementos da chamada cultura pós-moderna (HARVEY, 2009). São elementos que se opõem ao objeto de arte em si ou à obra acabada, traços típicos da cultura moderna.

Essa perspectiva traz outra consequência, que é a padronização das abordagens sobre ambiente em duas perspectivas (idealização e degradação). Essa estandardização produz uma visão homogeneizada, polarizada e simplificada (FOLLADORI; TAKS, 2004), como se todas as questões dos complexos ambientes rurais pudessem ser reduzidas a duas categorias mediáticas, a fim de atender aos requisitos da retórica da mediatização, sem considerar a diversidade e a complexidade dos contextos rurais, conforme argumenta Brandenburg (2010).

O enquadramento sociomediático transforma os lugares, paisagens e pessoas do ambiente rural em “produtos” para serem consumidos por indivíduos e grupos oriundos de outros países, regiões ou cidades, como algo capaz de entreter e proporcionar deleite ao telespectador, com a valorização episódica do rural idealizado e dos cenários degradados. Há uma nítida tendência de se atribuir um caráter esporádico a essas manifestações. Não que elas existam apenas em épocas determinadas, mas são valorizadas somente em

períodos específicos, como é próprio da lógica da mediatização, devido aos mecanismos de agendamento e de enquadramento (BARROS; SOUSA, 2010).

Tal perspectiva reforça as duas anteriores. Primeiro, porque a agenda ambiental deve sempre atender aos requisitos da *performance* e do *happening*. Segundo porque implica pouca diversidade na abordagem, embora, haja interesse dos promotores de noticiabilidade em apresentar manifestações ambientais que são apresentadas como “novas”, desde que sejam inusitadas e performáticas. Em outras palavras, os temas tratados devem estar de acordo com a retórica espetacular ou dramática da mediatização (BRAGA, 2006).

Em suma, o que se pode perceber, em uma perspectiva comparada é que, nos dois casos em exame, a mediatização das temáticas rurais atende aos interesses dos públicos urbanos, tanto no caso do rural idealizado como na representação da degradação. A mediatização reforça aspectos do imaginário social já consolidado a respeito da natureza, a partir de elementos culturalmente relevantes, como o fogo, a terra, a água e as matas. Todos esses elementos são referentes consagrados para a constituição das lendas e mitos do mundo rural, os quais também se tornam matéria-prima para a construção do cenário de representação ambiental construído pelos *media* e dirigidos aos públicos urbanos. Assim, segundo Braga (2006), a mediatização funciona como um poderoso processo interacional de referência para a assimilação das imagens e representações sobre a natureza, seja em relação ao rural idealizado ou ao rural degradado.

As representações mediáticas do rural são caracterizadas por uma série de limitações que resultam na simplificação e na ocultação dos processos de ambientalização do campo, sem as nuances dos vários rurais (o tradicional, o moderno e o socioambiental), como analisa Brandenburg (2010). Isso faz com que as representações mediáticas do mundo rural sejam desprovidas de suas complexidades e desencaixadas dos contextos e lutas locais (LOPES, 2006). A dualidade construída pelos *media*, ou seja, o rural idealizado e o rural degradado mostram como esse enquadramento recorta a realidade e a reconfigura em uma moldura limitada, típica da mediatização, contribuindo, assim para a naturalização do olhar do cidadão e para direcionar a educação da percepção do público sobre as temáticas rurais e suas forças ambientais, como se fossem uníssonas e homogêneas do ponto de vista da degradação e da ambientalização.

Notas

- i As convergências são apontadas a partir da análise de cada obra e seu contexto.
- ii Não faz parte do escopo analítico deste artigo descrever o processo de transição da sociologia rural para a sociologia ambiental, visto que já existe bibliografia sobre o tema, a exemplo do estudo seminal de Mathieu e Jollivet (1989), além de Hannigan (2009), Guivant (2002), Ferreira (2004) e Brandenburg (2005).
- iii No lastro da revolução verde da década de 1970 e da crescente modernização e mecanização da agricultura, é que emerge, na comunidade científica, o alerta sobre as consequências do uso de aditivos químicos ao solo e de outras práticas que passaram a ser consideradas nocivas aos ecossistemas (Brandenburg, 2005).
- iv Tal processo acentuou-se com a crescente migração do campo para a cidade, após a adesão à União Europeia, além da emigração para outros países.
- v Essa vertente considera a perspectiva da sustentabilidade, ou seja, a possibilidade de associar crescimento econômico e proteção ambiental, como base na reestruturação das políticas econômicas face às novas posturas ambientais.

- vi Segundo essa interpretação, os processos de modernização social incluem, necessariamente, elementos da infraestrutura produtiva do meio rural, os quais passaram a considerar princípios ambientais.
- vii O corpus principal da pesquisa é composto pelos seguintes estudos: Brasil: (1) DENCKER; KUNSCH (1996); (2) OLIVEIRA (1991); (3) COSTA (2006); (4) MOTTA et al. (2006); (5) TRIGUEIRO (2005). Portugal: (6) SCHMIDT (2003); (7) GARCIA (2004); (8) PEREIRA ROSA (2006); (9) VIEIRA (2006); (10) FREITAS (2007).
- viii Cabe ressaltar que não foi possível citar e referenciar todo o material complementar que serviu de baliza para o desenho do estudo, em função do limite de espaço.
- ix A mediatização do rural idealizado foi mais intensa durante a ditadura, com a imagem de um país rural e bucólico, fruto do atraso industrial. A degradação era apresentada como problema dos países industrializados. A paisagem rural portuguesa era usada em contraposição aos cenários degradados e poluídos desses países.
- x O uso recorrente deste autor se justifica por ter sido a obra-síntese de maior relevo temático e metodológico sobre o ambiente rural, com um recorte temporal de 40 anos sobre a cobertura da RTP (Portugal).
- xi É oportuno ressaltar que no cenário europeu mais amplo, uma das imagens de degradação está associada ao efeito da chuva ácida, especialmente no norte do continente (SCHMIDT, 2003).
- xii A recorrência às citações desse autor se deve à abrangência de sua pesquisa sobre as queimadas na Amazônia, em perspectiva socioambiental e mediática. Trata-se do estudo mais relevante sobre o tema identificado no corpus analítico.

Referências Bibliográficas

- AGUIAR, S. Análise dos estudos sobre jornalismo ambiental: primeiras incursões. Trabalho apresentado no 9^o. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, Rio de Janeiro, novembro de 2011.
- ALONSO, A.; COSTA, V. Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. Paper apresentado no *Encontro do Grupo Meio Ambiente e Desenvolvimento da Clacso*. Rio de Janeiro, 22 e 23 de novembro de 2000.
- ALONSO, A.; COSTA, V. Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico. **BIB - Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais**, ANPOCS. No. 53, 2002, pp.35-78.
- BARROS, A. T. Visões do paraíso: o discurso oficial brasileiro sobre meio ambiente. **Latinoamerica: Revista de Estudios Latinoamericanos**, v. 44, p. 129-156, 2007.
- _____. A visibilidade ambiental em perspectiva sociológica: estudo comparado Brasil-Portugal. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 15, n.33, p.318-345, 2013.
- BARROS, A. T.; SOUSA, J. P. **Jornalismo e ambiente**. Porto: Ed. Fernando Pessoa, 2010.
- BRAGA, J. L. Mediatização como processo interacional de referência. Texto apresentado no Grupo de Trabalho Comunicação e Sociabilidade, do *XV Encontro Anual da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós)*, na Unesp/Bauru, São Paulo, em junho de 2006.
- BRANDENBURG, A. Ciências sociais e ambientais rural: principais temas e perspectivas analíticas. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v.8, n.1, p.51-64, jan./jun. 2005.
- _____. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, vol.13, n.2, pp. 417-428, 2010.

BUTTEL, F.H. **Ecological modernization as social theory**. Geoforum, Oxford, v.31, p.57-65, 2000.

CATTON, W. R.; DUNLAP, R. E. A New Ecological Paradigm for Post-Exuberant Sociology. **American Behavioral Scientist**, vol. 24, n. 1, set./oct., p. 15-47, 1980.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. Rio de Janeiro: Cortez, 1991.

CLARKE, M. **Formulating the problem**. Oxford, 2001.

COSTA, L. M. **Comunicação e meio ambiente: análise das campanhas de prevenção a incêndios florestais na Amazônia**. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006.

CRESPO, S. (2005). Uma visão sobre a evolução da consciência ambiental no Brasil nos anos 1990. In: TRIGUEIRO, André (Coord.). **Meio ambiente no século XXI**. Campinas: Autores Associados, p.59-74, 2005.

DENCKER, A. F. & KUNSCH, M. M. K. **Comunicação e meio ambiente**. São Paulo: Intercom, 1996.

FERREIRA, L. da C.; FERREIRA, L. da C. Limites ecossistêmicos: novos dilemas e desafios para o Estado e a sociedade. In: HOGAN, D. J. & VIEIRA, P. F. (Org.). **Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável**. Campinas: Editora da Unicamp, pp.13-36, 1992.

_____. Ideias para uma sociologia da questão ambiental: teoria social, sociologia ambiental e interdisciplinaridade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v.10, n.2, p. 77-89, jul./dez. 2004.

FERREIRA, J. G. Poluição da Bacia do Lis: âmbito, escala e dimensão histórica de um problema ambiental recorrente. Trabalho apresentado no Seminário Sustentabilidade: ambiente, risco e espaços. Lisboa. Instituto de Ciências Sociais, 14 de março de 2011.

FIGUEIREDO, E. O espaço rural em questão: contributos para uma reflexão em torno do conceito de ruralidade. **Rurália - Revista da Ruralidade**, n. 3, p. 23-31, 1994.

_____. **Um rural para viver, outro para visitar**: o ambiente nas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais. Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro, 2003.

_____. Imagine There's No Rural: The Transformation of Rural Spaces Into Places of Nature Conservation in Portugal. **European Urban and Regional Studies**, n.15, 2008, p. 159-171.

_____. Um rural cheio de futuros? In: FIGUEIREDO, E. (Org.) **O rural plural: olhar o presente, imaginar o futuro**. Castro Verde: Editora 100 Luz, 2011, p. 5-12.

FOLADORI, G.; TAKS, J. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. **Mana**. Rio de Janeiro, v. 10, n.2, p. 32-348, out, 2004.

FREITAS, H. S (2007). **Jornalismo de ambiente em Portugal: espécie em vias de extinção?** Jornal dos Jornalistas, Lisboa, jan./mar, p.30-40, 2007.

GARCIA, R. **Sobre a Terra: Um guia para quem lê e escreve sobre o ambiente**. Lisboa: Público, 2004.

GUIVANT, J. S. A agricultura sustentável na perspectiva das ciências sociais. In: VIO-
LA, Eduardo J. *et al.* **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as
ciências sociais**. São Paulo: Cortez, p.99-133, 1995.

_____. Contribuições da sociologia ambiental para os debates sobre desenvolvimento
rural sustentável e participativo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.19, outubro, p.
72-78, 2002.

HANNIGAN, John. **Sociologia ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2009.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2009.

LOPES, J. S. L. Sobre processo de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas de
participação. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v.12, n.25, p.31-64, jan./jun. 206.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

MATHIEU, N.; JOVILLET, M. **Du rural à l’environnement: la question de la nature
aujourd’hui**. Paris: L’Hartmattan, 1989.

MORIN, E. **Introducción al pensamiento complejo**. Barcelona: Gedisa, 1994.

MOTTA, L. G. et al. Os transgênicos na grande imprensa: uma análise de conteúdo. In:
NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; VIANNA, João Nildo de Souza. **Economia, meio
ambiente e comunicação**. Rio de Janeiro: Garamond, p.11-38, 2006.

SCHMIDT, L. Sociologia do ambiente: genealogia de uma dupla emergência. **Análise
Social**, Lisboa, v.34, n.150, p.175-210, out./dez., 1999.

_____. **Ambiente no Ecrã: Emissões e demissões no serviço público televisivo**. Lisboa:
Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

TRIGUEIRO, A. Meio ambiente na idade média. In: TRIGUEIRO, André (Coord.). **Meio
ambiente no século XXI**. Campinas: Autores Associados, p.75-90, 2005.

VALENTE, S. **O marketing social e a causa ambiental. Trabalho apresentado no IV
Congresso Português de Sociologia**. In: Actas, Associação Portuguesa de Sociologia,
Coimbra, 17 a 19 de abril de 2000.

VALADAS DE LIMA, A. Novos e velhos agricultores em Portugal. **Análise Social**,
Lisboa, v. 26, n. 121, p.335-359, 1991.

_____. **Agricultura e ambiente: a aplicação das medidas agro-ambientais**. Inquérito
Exploratório na Região do Oeste. Lisboa, OBSERVA / ISCTE, 2000.

VIEIRA, P. A. (2006). **Portugal: O vermelho e o negro**. Lisboa: Dom Quixote, 2006.

XAVIER, S. Usos da ruralidade na arquitectura paisagista. **Etnográfica**, Lisboa, maio
2007, vol.11, no.1, p.165-188.

Submetido em: 20/02/2013

Aceito em: 20/01/2015

<http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422ASOC565V1832015>

O RURAL MEDIATIZADO: ANÁLISE COMPARADA BRASIL-PORTUGAL

ANTONIO TEIXEIRA DE BARROS

Resumo: O presente estudo analisa as representações sociomediáticas sobre o ambiente rural no Brasil e em Portugal, a partir de dois ângulos específicos: o rural degradado e o rural idealizado. Esse procedimento se justifica pela própria perspectiva da mediatização do ambiente nos dois países, cuja lógica consagrou essa dualidade. A pesquisa foi realizada com base na técnica de revisão sistemática de estudos acadêmicos sobre mediatização ambiental, história das ideias ecológicas, sociologia da comunicação e as ciências sociais do ambiente. A principal conclusão é que, nos dois países, a mediatização das temáticas rurais atende aos interesses dos públicos urbanos e reforça aspectos do imaginário social, a partir de elementos culturalmente relevantes como o fogo, a terra, a água e as matas. A mediatização funciona como um poderoso processo interacional de referência para a assimilação das imagens e representações sobre a natureza, seja em relação ao rural idealizado ou ao rural degradado.

Palavras-chave: Ambiente e sociedade; Ambiente rural; Mídia e ambiente; Brasil e Portugal.

Abstract: This paper analyzes the rural media representations in Brazil and Portugal, from two specific angles: the idealized rural and the degraded rural. This procedure is justified by the media coverage of the environment in the two countries, whose logic consecrated this duality. The research was based on the technique of systematic review of academic studies on mediatization environmental, ecological history of ideas, sociology of communication and social sciences of the environment. The main conclusion is that, in both countries, the media coverage of rural issues is focused in the interests of the urban citizens and reinforces aspects of the social imaginary, from culturally relevant elements like fire, earth, water, forests. The mediation process acts as a powerful interactive reference to the assimilation of images and representations of nature, whether in relation to the rural idealized or the degraded rural.

Keywords: Environment and Society; Rural environment; Media and environment. Brazil and Portugal.

Resumen: Este trabajo analiza las representaciones mediáticas en el medio rural en Brasil y Portugal, desde dos ángulos específicos: el rural degradado y el rural idealizado. Este

procedimiento se justifica por la posibilidad misma de la cobertura de los medios del medio ambiente en los dos países, cuya lógica consagra esta dualidad. La investigación se basa en la técnica de la revisión sistemática de los estudios académicos sobre la historia de la mediatización del medio ambiente, de las ideas ecológicas y la sociología del medio ambiente. La principal conclusión es que, en ambos países, la cobertura mediática de lo rural atiende los intereses de la población urbana y reforza los aspectos del imaginario social, a partir de elementos culturalmente relevantes como el fuego, la tierra, el agua, los bosques. El proceso de mediación actúa como una poderosa referencia interactiva para la asimilación de las imágenes y representaciones de la naturaleza, ya sea en relación con el rural degradado o con el rural idealizado.

Palabras clave: Medio Ambiente y Sociedad; Entorno rural; Medios de comunicación y medio ambiente. Brasil y Portugal.
